



ATA Nº 6/2024

Aos 8 dias do mês de maio de 2024, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por Joana Raquel da Silva Devezas e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Isabel Maria Pinhal Resende, na sequência do requerimento apresentado pelo grupo municipal do PSD (em 19/04/2024), para discussão do seguinte assunto: “Unidade de Saúde Familiar de Anta”.

A reunião iniciou-se às 21h00 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, Ana Paula Africano de Sousa e Silva, Rosa Martins Freitas Duarte, Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, Abel Jorge Correia dos Santos, , Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Bruno José da Silva Morais e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho - Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e do Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros João Humberto Santos Cunha Bastos por José Manuel Alves Novo, José Adolfo Carvalho Rocha por Manuel Augusto Gomes Novais, Rui Manuel Martins Fidalgo por Fernanda Maria Guedes Bastos, António Manuel Pinto de Oliveira por Manuel Cardoso, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha por Floriano Alves, Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende por Fausto Manuel da Silva Neves

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Presidente, Maria Manuel Barbosa Cruz. Estiveram também presentes o Sr. Vice-presidente Luís Miguel Oliveira Monteiro Canelas e os Senhores Vereadores Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Maria de Lurdes Pontes Rebelo, Maria de Lurdes Santos Ganicho, João de Oliveira Passos e Helder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, a Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião, referindo que a sessão seria transmitida em direto e de seguida referiu que o membro da Assembleia Municipal Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães, tinha apresentado, em 6/05/2024, renúncia ao mandato autárquico em que se encontrava

investida, tendo sido convocada Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, na qualidade de cidadã posicionada no 10.º lugar da lista candidata à Assembleia Municipal de Espinho pelo Partido Social Democrata, para comparecer na reunião do órgão deliberativo a fim de ser investida no mandato autárquico em substituição da renunciante. De seguida, chamou a referida cidadã que, após prestar juramento solene, foi investida nas suas funções.

De seguida a Presidente da Assembleia Municipal informou que tinha dado entrada um pedido de intervenção por parte de Jorge Alves Dias que referiu ter pena, após 50 anos do 25 de abril, que a Assembleia Municipal ainda não tivesse uma casa própria, um edifício condigno e de seguida fez uma exposição sobre a história e o funcionamento da unidade de saúde familiar de Anta instalada no edifício da Junta de Freguesia. Disse que a Câmara, presidida por Miguel Reis, tinha prometido uma unidade de saúde de raiz num local central da freguesia e perguntou qual a justificação técnico-jurídica para que o aviso convite no âmbito do PRR para a construção de novas unidades ou polos de saúde, a que a Câmara se candidatou em junho de 2023 para a unidade de saúde de Anta, tenha caído e qual a justificação técnico jurídica para aquela candidatura ter entrado no âmbito do PRR para requalificação ou adaptação de edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar acessibilidades, segurança, conforto dos utentes e profissionais.

De seguida deu a palavra aos vogais do PSD para apresentar o documento que deu origem à convocação da sessão extraordinária. No uso da palavra, o vogal Paulo Leite disse que na Assembleia de Freguesia de Anta e Guetim de 19 de dezembro, foi discutido o tema da USF de Anta tendo havido unanimidade de posições dos partidos presentes, pugnando por representar em primeiro lugar os interesses da população, manifestando em moção o seu desagrado pela decisão unilateral que a Câmara estava a apresentar. Aquela moção, aprovada por unanimidade, foi enviada para a Assembleia Municipal e ficou ignorada pelo que, em reunião da Assembleia Municipal foram colocadas questões cujas respostas não foram convincentes e claras, sendo que lhes pareceu que o tema tinha importância para ser debatido em assembleia extraordinária, por estar em causa o superior interesse das populações à frente de eventuais posturas partidárias. De seguida leu o documento que a seguir se transcreve: *"Nos termos do artigo 30º, n.º 1, al. b) do Regimento da Assembleia Municipal de Espinho, tendo em atenção os seguintes factos: - A USF de Anta resultou*



de uma clara união de esforços de todas as frentes políticas com representação na Assembleia de freguesia de Anta desde que esta ascendeu a Vila; - Trata-se efetivamente de um serviço essencial à população, cuja qualidade a coloca no primeiro lugar do ranking a nível nacional dos serviços de medicina familiar; - Trata-se de um equipamento essencial para todo o concelho de Espinho porquanto os seus serviços não se cingem à população de Anta e Guetim mas de todo o concelho; - É pública a manifestação por parte da população que se opõe à deslocação da Unidade da USF de Anta para as antigas instalações da escola n.º 3 existentes no Bairro da Ponte de Anta, equipamento este que se encontra inserido em terrenos que são propriedade do Ministério da Educação; - É de fulcral importância garantir à população de Espinho a defesa de uma necessidade tão básica e fundamental como é a saúde; Os elementos eleitos pelo PSD, vêm solicitar a realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária, porquanto: Esta decisão do executivo municipal, foi tomada sem auscultação dos "Órgãos Autárquicos de Freguesia", designadamente da Assembleia de Freguesia que já se manifestou, por decisão assumida por unanimidade contra esta decisão unilateral do município de deslocação daquela unidade de saúde, colocada como a unidade número um de Portugal. - É possível, em diálogo e séria ponderação no efetivo interesse público e na adequada gestão da "coisa pública", encontrar uma solução que beneficie a população do bairro da Ponte de Anta. - Com efeito, existem outros locais bem mais centrais do núcleo da Freguesia de Anta e com melhores condições de acessibilidade para toda a população abrangida e que se mostram disponíveis, sem custos tão elevados para a edificação, ou adaptação às verdadeiras exigências de uma "USF" como a que se mostra exigida nas condições de qualidade e serviço atuais da "Unidade de Saúde Familiar de Anta" que salvaguardam os efetivos interesses da população e o seu elementar direito à qualidade de vida e à melhor qualidade na prestação dos serviços de saúde. - Assim, no exercício da democracia, impõe-se para bem de todos - Alterar a decisão de deslocação da atual localização da "USF de Anta". A excelência do trabalho realizado até hoje pela "Unidade de Saúde Familiar de Anta" não será conseguida com esta decisão assumida pela Câmara Municipal de Espinho de proceder à sua deslocalização para "Escola nº 3 de Anta". Assim, os membros eleitos do Partido Social Democrata remetem, para apreciação e votação na reunião extraordinária desta Assembleia, o seguinte: - Conforme já aprovado por unanimidade em Assembleia de freguesia da União de freguesias de Anta e Guetim de 19 de dezembro de 2023, seja igualmente aclamada a excelência do trabalho até hoje realizado pela "Unidade de Saúde Familiar de Anta", médicos,

enfermeiros e pessoal administrativo e auxiliar, em prol dos seus utentes, devidamente reconhecido pela posição primeira no "Ranking Nacional" do Ministério da Saúde; - Seja devidamente reconhecido por esta Assembleia Municipal que efetivamente, e conforme também já deliberação unânime da sua Assembleia de Freguesia, a população da União de freguesias de Anta e Guetim, atenta a sua dimensão territorial, população atualmente existente e cada vez mais envelhecida, merecem Mais e Melhores Cuidados na Prestação dos cuidados de saúde a serem prestados em adequados e redimensionados serviços centrais desta freguesia; - Porque a USF de Anta resultou do esforço, empenho e dedicação dos antigos Autarcas que pugnaram pelo bem-estar e saúde das populações, principalmente as mais carenciadas das Freguesias de Anta e Guetim, sendo esta um equipamento essencial à população e que faz parte fundamental do seu património, recomendamos que seja revisto o procedimento que conduziu à tomada desta decisão no sentido de que seja possível trabalhar com o executivo da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Anta e Guetim, para junto da competente CCDR e ARS Norte, serem apresentadas e analisadas propostas alternativas à localização que foi definida pela Câmara Municipal de Espinho."

O vogal Paulo Leite referiu ainda que a parte final da recomendação que leu era diferente do texto apresentado inicialmente aos Srs. vogais porque o objetivo do PSD era construir pontes e criar condições para que houvesse a possibilidade de sair satisfeita a necessidade das populações.

Ana Paula Africano (PS) disse que os membros do PS tinham uma proposta de deliberação alternativa, sendo que concordavam com os pontos 1 e 2 do texto apresentado pelo PSD, discordando do ponto 3. Fez a leitura da proposta que a seguir se transcreve: "O grupo municipal do PS junto da Assembleia Municipal de Espinho vem nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 39, n.º 5 do Regimento da Assembleia Municipal apresentar a seguinte proposta de deliberação alternativa à proposta pelos vogais do PPD/PSD por requerimento de 19 de abril de 2024: "A Assembleia Municipal de Espinho, reunida em sessão extraordinária em 8 de maio de 2024: 1 – Conforme já aprovado por unanimidade em Assembleia de freguesia da União de freguesias de Anta e Guetim de 19 de dezembro de 2023, seja igualmente aclamada a excelência do trabalho até hoje realizado pela "Unidade de Saúde Familiar de Anta", médicos, enfermeiros e pessoal administrativo e auxiliar, em prol dos seus utentes, devidamente reconhecido pela posição primeira no "Ranking Nacional" do



Ministério da Saúde; 2- reconhece, conforme também já deliberado unanimemente pela sua Assembleia de Freguesia, no contexto da União das Freguesias de Anta e Guetim, atenta a territorial da autarquia, a população atualmente existente e cada vez mais envelhecida, os munícipes ali residentes merecem mais e melhores cuidados de saúde primária e que os mesmos deverão ser prestados em adequados e redimensionados serviços desta freguesia; 3- alerta a Câmara Municipal de Espinho para a circunstancia de o processo de definição da nova localização da Unidade de Saúde de Anta ter sido objeto de insuficiente participação e envolvimento das populações e dos órgãos de União de Freguesias de Anta e Guetim; 4- reconhece que, não obstante tal facto, foi a solução possível mediante os prazos da candidatura, e que a entende como garante dos resultados descritos em 1 e os objetivos descritos em 2.”

Presidente da Assembleia Municipal propôs a suspensão dos trabalhos para fotocopiarem os documentos por forma a serem partilhados por todos os membros da Assembleia.

Retomados os trabalhos, a Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos vogal da CDU Fausto Neves que referiu que estavam solidários com a vontade da população e consideravam que o processo, da forma como foi conduzido, era a negação da democracia, não se ouvindo a população e a Junta de Freguesia. Disse que a localização era desastrosa, longe do centro, sem transportes. Disse que, depois do que aconteceu na Câmara Municipal, se devia ter o máximo de precaução processual naquelas questões. Que o terreno em questão foi expropriado pelo IHRU para a construção do Bairro da Ponte de Anta e, posteriormente, em 2021 houve um protocolo entre a Câmara Municipal e o Ministro Pedro Nuno Santos para o terreno do IHRU passar para a posse da Câmara para concurso a programas de habitação. Que a Câmara Municipal tinha acedido ao concurso denominado programa 13 do PRR que se destinava a Reabilitação de Imóveis de Saúde, recebendo uma verba muito vantajada que teria a ver com o programa 14 para a construção de raiz.

Paulo Leite (PSD) fez um pedido de esclarecimento relativamente ao ponto 4 da proposta alternativa apresentada pelo PS, uma vez que não conseguiu perceber o seu significado. Perguntou se era uma aprovação da decisão tomada pela Câmara.

Ana Paula Africano (PS) referiu que os resultados descritos em 1 referiam-se ao ponto 1 da deliberação, ou seja, a decisão era favorável a manutenção do elevado desempenho na prestação de cuidados aos utentes que a USF já tinha, e os objetivos

descritos em 2 significavam que conseguiria criar condições, não só para continuar a assegurar os cuidados prestados como alargar aqueles cuidados uma vez que as instalações seriam substancialmente superiores e melhores do que as existentes.

Presidente da Câmara Municipal apresentou uma projeção em slides sobre o assunto, explicando que a escola desativada era propriedade do município, embora o terreno à frente fosse do IHRU e servia para apoio ao campo de jogos. Que o projeto da nova USF tinha uma área total coberta de 900 m², dispondo de 13 gabinetes médicos, 3 de enfermagem, 2 de tratamento de enfermagem, instalações sanitárias para masculino, feminino e infantil, secretaria, sala de espera, copa, cantinho da amamentação, separação de resíduos hospitalares e outros, dispondo de luz natural em todos os gabinetes por ter um pátio com jardim no interior, estava num piso de r/c e dispunha de lugares de estacionamento para profissionais de saúde e utentes, para veículos de pessoas de mobilidade condicionada, ambulâncias e viaturas elétricos. Que teria todos os requisitos energéticos, de apoio aos utentes, seria uma mais-valia a sua edificação. Tinha sido negociado 1,7m€ para aquele projeto de requalificação. Que a zona do território onde estava localizada tinha bastante densidade populacional e ao lado existia a Santa Casa da Misericórdia e também iria dispor de um polo de saúde privado, de um centro de Alzheimer e, nos terrenos do IHRU, iriam surgir 3 blocos habitacionais de rendas controladas, constituindo um polo de desenvolvimento da zona. Que tudo o que foi feito, foi no princípio de boa-fé, e que os tempos que dispunham para responder eram muito curtos e a gestão dos dinheiros do PRR tinha de ser muito bem acautelada, sendo que, uma das condições, era que o terreno ou edifício fosse propriedade da Câmara.

De seguida tomou a palavra a Vereadora Lurdes Rebelo que referiu que o processo teve de ser muito rápido tendo decorrido desde a data da delegação de competências na área da saúde, ou seja entre 01/04/2023 e 21/08/2023. Que a verba de 1,7m€ não era muito para criação de um projeto de raiz e muito menos se tivessem de comprar terreno para o efeito. Que em todos os passos da candidatura tiveram de ter o aval da ARS Norte, inclusivamente para mudarem da candidatura n.º 13 - construção de raiz - para a 14 - requalificação. Que se tratava de um edifício que era fonte de má frequência, que nada ajudava em que a zona fosse bem vista, pelo que a sua requalificação teria a vantagem de tornar o local numa nova centralidade, mais luminoso, com utilidade para os utentes e profissionais de saúde com todas as condições exigidas e muito melhores do que as atualmente existentes, ficando a



população melhor servida. Reconhecia que a comunicação foi um dos pontos fracos, mas que fariam todos os possíveis para estarem à disposição dos munícipes. Que tiveram uma reunião com a ADUSA e com a equipa médica, com aqueles que lidavam mais diariamente com a gestão dos espaços das USF, antes de submeterem o projeto.

Fausto Neves (CDU) perguntou qual era a finalidade para o terreno quando foi feito o protocolo com o IHRU e se, entre 1 de abril e 21 de agosto, não houve tempo para uma conversa com a Junta de Freguesia de Anta e Guetim.

Vereadora Lurdes Rebelo respondeu que o terreno do IHRU era apenas o da parte da frente da escola, sendo que o terreno onde estava a escola não pertencia ao IHRU mas sim ao Ministério da Educação, que foi transferido para a posse da Câmara. Quanto ao tempo, disse que tinha sido uma correria, tiveram de procurar um local com condições em área para albergar uma USF que fosse propriedade da Câmara porque se tivessem de o adquirir, talvez tivessem de dispor de metade da verba da destinada pelo PRR. Tiveram de visitar o local com a ARS Norte e depois de fazer o esboço do projeto de arquitetura, tiveram de ouvir o ACES. Que foram conversando com o Presidente da Junta de Freguesia, embora não oficialmente e não sobre a escolha final, sendo que aquela escolha lhes pareceu a mais lógica. Que o o serviço de transportes para a população teria de ser melhorado, podendo existir a possibilidade dos profissionais de saúde se deslocarem a casa dos mais idosos.

Liliana Carvalho (PS) fez a intervenção que a seguir se transcreve: "Importava considerar relevante (verdadeiramente importante!) a posição no ranking das USFs em que se encontrava a Unidade de Saúde Familiar de Anta: a pontuação de 96 (a mais alta do país!) é verdadeiramente de louvar; Mas impunha-se a pergunta a que se devia esse ranking? Às instalações sem acesso a uma maca?; Às instalações sem estacionamento para profissionais e utentes, sequer para uma ambulância? A instalações em que salas há que não têm luz direta ou ventilação natural? Não! 96 de pontuação devia-se exclusivamente a uma equipa excepcional de profissionais, dedicados, competentes, que davam o melhor de si para que a USF de Anta continue a crescer e a melhorar todos os dias! E, nem que fosse só por isso – e não é! - estes profissionais (tanto quanto os utentes da USF de Anta) mereciam: Um edifício, na prática, novo (porque só se irão utilizar as fundações e as paredes mestras da antiga escola e se aproveitará a planta simétrica do edifício, que se desenvolve numa área total de 900m²); um edifício que cumprirá os critérios de eficiência energética, situado ao nível do rés do chão, sem necessidade de uso de escadas e outras

condicionantes aos utentes que ali se deslocam e aos profissionais que ali trabalham; um edifício com luz direta e ventilação natural em todos os gabinetes e espaços; um edifício que cumprirá todos os requisitos funcionais necessários ao desenvolvimento das atividades de uma USF moderna; Um edifício confortável e capaz de dar resposta às exigências atuais dos cuidados de saúde primários; Um edifício que gerará áreas independentes – sala de reuniões, áreas administrativas e de arquivo, copa e instalações sanitárias –, salas de espera com espaço para adultos e crianças, um “cantinho de amamentação”, instalações sanitárias infantis, áreas próprias para armazenamento, desinfeção e preparação de material médico-cirúrgico, áreas de armazenamento de roupas e separação de lixos e resíduos tóxicos, entre outros; Um edifício que terá espaços dedicados à saúde materno-infantil e poderá gerar naquele espaço – assim o queiram as autoridades centrais – a valência da medicina dentária; um edifício que, por aumentar o número de gabinetes médicos e de enfermagem disponíveis (13 gabinetes médicos e 5 espaços de enfermagem), poderá permitir dar resposta – ao contrário do que sucede atualmente – à legítima aspiração dos antenses e guetineses de ver aumentado o quadro de pessoal médico e de enfermagem ao seu serviço; um edifício que terá espaço para estacionamento de ambulâncias e automóveis (sendo a acessibilidade à USF melhorada por uma rede de transportes gratuitos gerida pelo Município, com recurso a miniautocarros elétricos, completando a oferta já proporcionada pela Junta de Freguesia de Anta e Guetim, uma autarquia PS, de serviço de transporte a pedido das populações que dele carecem); um edifício que apresenta uma ligação fácil à autoestrada e uma maior equidistância relativamente às restantes USF, servindo melhor a zona mais a norte do concelho e a numerosa população que ali reside; um edifício que se implantará num desejável polo de prestação de cuidados de saúde em Espinho – alguém lhe chamou (e bem!) uma nova centralidade, focada na saúde! Respondemos a essas necessidades sempre da mesma forma: importam-nos os profissionais; importam-nos as populações! e melhorar-lhes as condições de prestação de cuidados de saúde primários é a nossa única vontade, aquilo para que lutamos todos os dias! por essa razão, lamentamos esta opção dos senhores vogais do PPD/PSD: mais do que reconhecer, os vogais do Partido Socialista e o Executivo do PS conhecem e trabalham de perto com os excelentes profissionais da Unidade de Saúde de Anta e estão a trabalhar para lhes dar (a eles e, acima de tudo, às populações de Anta e Guetim) um espaço onde poderão ser ainda melhores e crescer ainda mais no ranking das USF.”



Abel Santos (PSD) perguntou à vogal do PS como achava que a USF de Anta tinha funcionado até hoje, sendo que a população estava preocupada com a opção do executivo camarário e entendia que o serviço que tinham lhes servia e portanto significava que estava a funcionar bem. Disse que ele próprio morava em Guetim e que o seu centro de Saúde era Espinho pelo que tinha uma visão isenta da deslocalização pretendida, sendo que traria sempre algumas implicações não só para os utentes como também para o pessoal médico, enfermeiros, funcionários. Perguntou, tendo em consideração o objetivo daquela medida em termos de PRR, em que medida o apoio ia cumprir o objetivo de reforçar os cuidados de saúde da freguesia de Anta e Guetim, reformando os cuidados de saúde primários, reforço médicos, de enfermeiros de pessoal ou apenas e só reforço de infraestruturas. Que inicialmente a candidatura foi inserida no aviso 13 – construção de novas unidades ou polos de saúde -, passando depois para o 14 – requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais, perguntando a razão de se ter optado pelo requalificação de um edifício que tinha um determinado fim e ao qual se pretendia dar outro, e não pela construção de um edifício de raiz, tendo em consideração as várias sugestões dadas pelo Presidente da JF de Anta e Guetim quanto às opções existentes. Solicitou alguns esclarecimentos relativos aos pontos 1.5, 2, 3 e 4 do aviso 14.

Isabel Resende (PS) fez a intervenção que a seguir se transcreve: "Tanto ao executivo de um município quanto aos vogais de uma Assembleia Municipal impõe-se a consideração do território na sua totalidade, embora haja momentos em que as situações particulares de uma freguesia e das suas populações possam (e devam!) inspirar maiores cuidados. Olhando em concreto para a situação da União de Freguesias de Anta e Guetim, algumas constatações são evidentes: É, sem margem para dúvida, a freguesia com maior índice populacional; É, igualmente, uma daquelas em que o envelhecimento da população é particularmente sensível; É, também, aquela em que – e este processo começou há anos e tem vindo a acentuar-se – o crescimento da população se tem verificado, principalmente, no norte (norte-nascente e norte-poente) do concelho; Quer isto dizer que é no norte do concelho (concretamente, no eixo que se desenvolve entre a rua da Divisão e a rua 19 e no eixo entre a rua 32 e o extremo norte-nascente do concelho) que se concentra a maioria da população que reside na União de Freguesias de Anta e Guetim; Esse facto é

evidente na envolvente do Conjunto Habitacional da Ponte de Anta, onde residirá talvez mais de metade da população da extinta freguesia de Anta; E não podemos esquecer que esse número tenderá a aumentar, na medida em que – por iniciativa pública e por iniciativa privada – se prevê a construção de numerosos novos fogos naquela envolvente; além disso, tem de ser ter em consideração a proximidade da população residente quer na Idanha quer em Guetim à solução encontrada, que ficam com uma proximidade muito maior aos cuidados de saúde primários; Tudo isto contribuirá para a integração social de uma relevante faixa da nossa população, especificamente a residente no Complexo Habitacional da Ponte de Anta, integração que é, sob a perspectiva do Grupo Municipal do Partido Socialista junto dessa Assembleia Municipal, uma verdadeira obrigação do município perante uma população ostracizada e que a todos cabe integrar, melhorando as suas condições, nomeadamente no acesso aos cuidados de saúde primários, como esta solução tenderá a permitir; além de tudo isto, permitam-me deixar uma nota para um importante efeito reflexo para as populações de todas as outras freguesias do nosso concelho: a proximidade da nova Unidade a Guetim gerará que muitos dos utentes atuais da Unidade de Saúde de Espinho que ali moram passem para a nova Unidade, libertando vagas (passe a expressão) para que mais residentes na freguesia de Espinho e nas demais freguesias tenham acesso a médico de família, facto que não pode ser desconsiderado, se virmos o concelho como um todo, como se impõe; Por tudo isto, reiteramos que o grupo municipal do Partido Socialista considera a solução encontrada como positiva para o território e, acima de tudo, para as populações de Espinho, Anta, Guetim, Silvalde e Paramos. Por essa razão, lamentamos esta opção dos senhores vogais do PPD/PSD: todas as circunstâncias demonstram que a nova localização da Unidade de Saúde de Anta pode melhorar a qualidade de vida de uma fatia significativa das nossas populações, não apenas em Anta, como em Guetim e mesmo nas outras freguesias do concelho. E é para isso que trabalham o Partido Socialista e os representantes do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Espinho e na Câmara Municipal de Espinho!”

Abel Santos (PSD) protestou referindo que, de facto, era para todos e por ser isso que o PSD pretendia, devia ser no local central da freguesia, não podendo aceitar que se dissesse para todos e se ponha um serviço na fronteira da freguesia, sendo que se estava a incluir mas também a excluir uma série de pessoas. Disse que era terminantemente contra aquela solução e o facto do número de pessoas que



compareceram na sessão da assembleia para ouvir as explicações dizia muito. Disse que não houve diálogo entre a Câmara e as entidades, tendo o Presidente da JF de Anta e Guetim feito declarações públicas não desmentidas contra a solução apresentada.

Isabel Resende (PS) protestou lembrando que o Centro de Saúde de Espinho também não estava em zona central da freguesia.

Abel Santos (PSD) protestou dizendo que não podiam encontrar argumentos que não podiam acolher, pois o centro de Guetim era o largo da Igreja e o centro de Anta era o largo do Souto, sendo que era claro que as infraestruturas não podiam estar todas no centro mas não podiam ser levadas para a fronteira, para a periferia.

Isabel Resende (PS) disse que, naquela perspetiva, quem vivia no Rio Largo em Espinho, teria sido posto de lado em relação ao Centro de Saúde de Espinho, mas era facto que eram utentes daquela unidade de saúde.

Paulo Leite (PSD) disse que era com alguma surpresa que via que o PS, inicialmente contra a decisão, conforme se podia ver na moção aprovada na assembleia de freguesia de Anta e Guetim, tinha agora uma posição diferente. Que a discussão tinha a ver com a localização de um serviço de excelência e não com as instalações onde funcionava. Que se assistia a um recuo da posição do PS, que entendia ter a ver com uma lógica partidária do que o interesse da população, era importante saber qual era a posição da Junta de Freguesia de Anta e Guetim, através do seu Presidente. Que concordava que deviam procurar soluções que iam ao encontro de todos, mas lamentava afirmações ali feitas no sentido de procurar justificar uma localização. Que o PSD não era a favor daquela localização, mormente por não ter sido bem discutida. Que estavam a mexer em algo que estava bem, com uma pontuação de 96 pontos para levar para a Ponte de Anta, no fundo para aproveitar 1,7M€ que podiam ser gastos em coisas bem mais úteis, recordando que a Câmara já tinha perdido perto daquele valor de financiamento para completar o que faltava da Rua 19, portanto estavam a tempo de rever a sua posição.

Ana Paula Africano (PS) protestou contra a afirmação do vogal Paulo Leite ao insinuar que a bancada do PS na Assembleia Municipal teria tido uma posição diferente, o que era falso. Fez notar que já foi explicado que o tempo que houve para diálogo tinha sido curto e eventualmente não conduzido da melhor forma. Que era demagogo dizer que o dinheiro podia ser utilizado de forma mais útil porque aquela verba só estava

disponível para aquele tipo de aplicação. Que as pessoas estavam no seu direito democrático e cívico em manifestarem a sua discordância na decisão tomada por pensarem que não era do interesse da população, mas que duvidava que os presentes naquela Assembleia tivesse recebido o voto dos restantes 11 mil votantes da freguesia.

Abel Santos (PSD) protestou dizendo que aquele tema era apolítico, transversal a todas as pessoas e não podia ser aproveitado para demagogia como fez a vogal Ana Paula. Que esperava que a verba de 1,7M fosse suficiente, sendo que era bom aproveitar-se os fundos europeus, mas não era garantido que os cidadãos de Anta e Guetim ficassem melhores pela deslocalização.

Paulo Leite (PSD) protestou porque entendia que a palavra demagogo era pouco digna e até insultuoso. Que se tinha referido ao PS na Assembleia de Freguesia onde tinha havido unanimidade. Disse que as pessoas ali presentes não representava todos os Antenses, mas a Assembleia de Freguesia sim e o voto foi por unanimidade.

Presidente da Câmara Municipal, sobre o número de médicos para aquela unidade de saúde, disse que a negociação tinha sido feito com o anterior ministro da Saúde, tendo ficado acordado que o número de médicos e de enfermeiros aumentaria, esperando que o compromisso se mantivesse. Que era uma obrigação dos municípios aproveitar todos os fundos, dado que o orçamento municipal não lhes permitia fazer aquelas obras, uma vez que a maior parte dele seria para fazer intervenção nos edifícios municipais que estavam num estado de degradação avançado. Que era sua convicção que as pessoas ficariam melhor, sabia que a mudança era difícil, tendo acontecido o mesmo com a mudança para os novos centros escolares. Disse que a Junta de Freguesia de Anta tinha-se pautado por ter muita proximidade junto dos seus fregueses, tendo adquirido um minibus que colocou ao serviço da população, sendo que a Câmara também tinha adquirido 3 veículos elétricos também para serviço à população, de forma a criar trajetos que permitiram levar as pessoas mais distantes para o centro de saúde novo. Que se estava a apostar num serviço de proximidade, levando o pessoal de enfermagem e os médicos a casa dos utentes dado que muitos tinham imensas dificuldades em deslocarem-se. Que os centros de Saúde seriam dotados de mais veículos elétricos. Que a Câmara Municipal tinha candidaturas aprovadas para intervenção no complexo habitacional de Paramos e para habitação para jovens no antigo quartel de bombeiros.



Vereadora Lurdes Rebelo referiu ainda que a instrução das candidaturas tinha de ser feita com todos os requisitos elencados no aviso.

Paulo Leite (PSD) pediu que lhe fosse apresentado o compromisso que a Presidente da Câmara Municipal referiu sobre o aumento de médicos comprometendo-se, caso não fosse cumprido, a levá-lo pessoalmente ao Primeiro-Ministro.

Presidente da Câmara Municipal disse que não precisava que ninguém a substituísse junto do Primeiro-Ministro.

José Novo (PS) fez a seguinte intervenção: "Constata-se estarmos perante uma situação concreta de boa gestão quer de património municipal, quer dos fundos próprios do município quer dos fundos comunitários. Senão, vejamos: - ao longo dos anos, a "Escola nº 3 da Ponte de Anta", fruto de um conjunto de opções (discutíveis ou não), ficou desprovida da sua função inicial (de ensino) e ficou, literalmente ao abandono; - olhando para o que são as necessidades de estabelecimentos de ensino no concelho, não era - e não se prevê que passe a ser nos próximos anos - necessária àquela função de ensino; - o estado de degradação em que se encontra (e em que se encontra há alguns anos!) não permite qualquer utilização sem profundas obras de reabilitação; - obras para as quais o Município de Espinho não tem capacidade financeira; - foi feita uma análise criteriosa do património municipal e a solução encontrada foi aquela que, pensando essencialmente nos cuidados de saúde aos munícipes de Anta e Guetim, permite igualmente uma prudente utilização dos dinheiros públicos (por dispensar a aquisição de um terreno ou prédio onde viesse a ser edificada) e de fundos comunitários, apresentando-se como uma solução capaz e economicamente eficiente de gestão da coisa pública; - perante a possibilidade de, com recurso a fundos do PRR, se reabilitar aquele edifício, deixar de o fazer seria, no mínimo, uma má gestão do património municipal (sabemos bem que a prática ao longo dos anos foi a de não pregar um prego sequer nos edifícios municipais - não é essa a política do Partido Socialista e assumimos isso!); - e sejamos claros, não tendo sido essa a razão principal para se ter assumido a obra que hoje se discute como necessária e uma excelente opção para a população do concelho no seu todo, a boa utilização de património público e dinheiro de todos nós é uma excelente razão para se ter feito a opção que se fez; - conseguir usar fundos comunitários para passarmos a ter um edifício completamente reabilitado e adaptado às necessidades dos cuidados de saúde primários do século XXI (em vez de precisarmos de usar meios próprios do Município de Espinho, dinheiro que é tão necessário para a reparação de edifícios

como a Nave Desportiva, como o Multimeios) revela-se, a nosso ver, como uma excelente opção; - opção que o grupo municipal do Partido Socialista não pode senão considerar como positiva para o território e, acima de tudo, para as populações de Espinho, Anta, Guetim, Silvalde e Paramos. POR ESSA RAZÃO, LAMENTAMOS ESTA OPÇÃO DOS SENHORES VOGAIS DO PPD/PSD: perpetuar a má política (que durou anos e anos) de não reabilitar o património municipal, deixando-o degradar a – o que, na prática, seria a consequência desta decisão, se ela fosse tomada –, é coisa a que o Partido Socialista na Assembleia Municipal de Espinho e na Câmara Municipal de Espinho não fez, não faz e não fará!”

Abel Santos (PSD) protestou porque se havia coisa que o executivo PSD fez foi aproveitar os fundos para fazer obra em Espinho. Disse que ao deslocalizar o centro de Saúde de Anta, também grande parte do edifício seria desaproveitado, situação que devia ter sido ponderada.

José Novo (PS) contra protestou porque não dissera que a anterior Câmara não tinha aproveitado fundos comunitários, faze notar o desmazelo em questões essenciais de conservação nos edifícios municipais. Que sabiam que a deslocalização da USF não era do agrado de todos e que estavam ali para esclarecer as pessoas.

Abel Santos (PSD) contra protestou dizendo que o PSD considerava que era uma má solução e que não queria de modo algum desviar o assunto, mas que o executivo já tinha algum tempo de mandato e que já poderia ter resolvido algumas questões.

Nuno Almendra (PSD) perguntou se o executivo ponderou construir o edifício da USF em alguns dos terrenos públicos disponibilizados pela Junta de Freguesia de Anta e Guetim, permitindo construir de raiz e evitar despender dinheiro do fundo com a compra. No comunicado feito pela CME em 27 de dezembro foi referido que houve uma sessão de esclarecimentos no dia 16 de outubro e perguntou de que forma foi divulgada aquela sessão. Quanto ao transporte em viaturas elétricas, perguntou se se estavam a referir às viaturas de 9 lugares já adquiridas, se iria ser criada uma rede de transporte para as pessoas afeta apenas à freguesia de Anta e Guetim ou também para as restantes freguesias, conforme ideia inicial do PS no seu programa eleitoral. Quanto à UNIR, perguntou se estava previsto apresentar linhas alternativas dado que as existentes eram escassas no transporte para aquela zona. Disse que o transporte dos profissionais de saúde ao domicílio era uma decisão do Ministério da Saúde.



Fausto Neves (CDU) perguntou como poderia a Assembleia Municipal dar abertura a avançar aquele processo quando tinham os órgãos autárquicos da freguesia, os representantes da população contra ele. Disse que a situação tinha sido mal conduzida pela Câmara.

Abel Santos (PSD) fez a seguinte intervenção: "É inquestionável e inatacável o interesse dos vogais do PSD na defesa dos interesses das pessoas não só neste tema mas igualmente em todos os outros que trazemos a esta assembleia municipal. Por isso, defendemos SEMPRE que seja feito o necessário para que os cuidados de saúde de todos os antenses e guetinenses continuem a ser de excelência e se mantenha o reconhecimento disso mesmo pelo louvado trabalho levado a cabo por médicos, enfermeiros e demais funcionários da USF de Anta. Paralelamente o aproveitamento de fundos europeus alocados a projetos que desenvolvam o município e aproveitem toda a comunidade terá naturalmente o acolhimento da nossa parte. Por isso entendemos que no edifício existente, ou no sugerido pelo presidente da junta de anta e Guetim, com as devidas adaptações, que se reconhece serem necessárias, resultaria a continuidade de um serviço prestado de excelência sem a convulsão social que provocou. As opções sugeridas, como vimos aqui explicado, tem todas as condições para uma candidatura a fundos no âmbito da eficiência energética, até porque está em operação. É real, não subverte o contexto do apoio do PRR. Com esta medida o edifício atual perderá a sua mais importante utilização desperdiçando o espaço existente. Uma questionável opção política mesmo tendo em consideração o aproveitamento de fundos comunitários. Os fundos devem ser aplicados com critério, razoabilidade, bom senso e utilidade. Por isso a opção pela inclusão no aviso de requalificação, faria todo o sentido e revestido de toda a oportunidade se tivesse sido direcionado para o edifício atual da junta de freguesia. Repito, Se tivesse sido efetuada uma análise criteriosa a solução seria seguramente o atual edifício, dado o presidente da junta de freguesia ter disponibilizado todo o espaço para o funcionamento da USF de Anta, o enquadramento não levantaria qualquer reserva. Efetivamente é um edifício que existe, está em funcionamento, tem oportunidades de melhoria no que diz respeito a eficiência energética, as medidas passíveis de aplicação são várias, tornando todo o processo muito mais simples e transparente. De notar que em termos processuais, na diversa documentação publicada, é referenciada a "Requalificação da USF de Anta". Não é correto o que está escrito. O que está a ser dito. O que os documentos oficiais estão a difundir. O executivo municipal já o disse

várias vezes que vão ficar apenas as fundações e paredes mestras do edifício onde pretendem instalar a nova USF. Não é uma requalificação nem uma adaptação. Pergunta-se até como vai ser avaliada a candidatura face à inexistência de uma USF no local onde está prevista a requalificação. No texto do aviso pode ler-se: As intervenções abrangidas pelo presente investimento destinam-se à melhoria das acessibilidades, condições de segurança e conforto para utentes e profissionais, à beneficiação e adequação às prestações de cuidados e aos planos de contingência, à manutenção e conservação de edifícios, bem como à valorização ambiental e promoção da eficiência energética. Não restarão dúvidas que isto aplica-se ao edifício da USF de Anta. Ao que existe. à melhoria das acessibilidades à manutenção e conservação de edifícios promoção da eficiência energética. Transportem isto para um edifício em ruínas, do qual apenas se vai aproveitar as fundações e paredes mestras, que naturalmente terá a sua utilidade e devesse ser alvo de intervenção, mas não para este efeito. Por último, a ligeireza como este processo foi conduzido..... Conforme resulta da moção única da assembleia de freguesia de Anta e Guetim, este é um tema acima dos partidos, acima de táticas, acima de sobrançeria, mas assente no dever obrigatório de defender o que é melhor para as pessoas. Não aceitamos que os cidadãos, autarcas e demais interessados não sejam parte integrante de um dossier tão importante para a freguesia. É imperativo reconhecer as virtudes de aproveitar os fundos do plano de resiliência para dotar o município de mais e melhores infraestruturas. No entanto, essas infraestruturas devem ser planeadas cuidadosamente, e as decisões devem ser tomadas após amplo consenso. Quando as instituições trabalham em conjunto, respeitando-se mutuamente, os resultados são mais eficazes e benéficos para a comunidade. Os presidentes de junta foram eleitos para representar e defender os interesses da sua comunidade, e é imperativo que o executivo reconheça e trabalhe em conjunto. Portanto, é fundamental que o executivo reveja a sua abordagem e trabalhe em estreita colaboração com todas as instituições relevantes, ouvindo as suas preocupações e contribuições. Somente através da cooperação e lealdade institucionais podemos garantir um desenvolvimento harmonioso e sustentável da nossa comunidade. Esperávamos de forma convicta que o executivo, agindo de maneira responsável, considerasse acolher esta recomendação reconhecendo a importância de refletir sobre a decisão tomada, de modo a atender aos desejos de todos os envolvidos. Em vez de polarizar o debate e lançar acusações infundadas, deveria ter promovido um diálogo aberto, inclusivo e construtivo que levasse a uma solução de verdadeiro benefício a toda a comunidade de Anta. É



evidente que esta decisão foi unilateral e desconsiderou não apenas as contribuições de várias organizações e cidadãos durante o processo, mas também a importância do órgão de proximidade que melhor compreende as necessidades da população: a Junta de Freguesia. Os presidentes de junta devem estar ao lado dos seus fregueses, defendendo o que consideram melhor para a sua comunidade. Não podem agir de forma subserviente perante um executivo, mas sim estar ao lado das questões que impactam na vida das pessoas, dos seus fregueses e que nele depositaram a sua confiança. Um presidente de junta não pode defraudar as expectativas de quem lhe confiou os destinos da freguesia. Mesmo que isso não seja do agrado de quem gere o município, não pode ter outra postura sob pena de trair a confiança que lhe depositaram na real e efetiva defesa intransigente, exigente, responsável solidária e firme dos superiores interesses das pessoas. Aludir à rede UNIR como uma solução de transporte para o novo local – é estar com um humor tético. Aludir à proximidade de todos os utentes de um local numa fronteira da freguesia e do concelho é anedótico. Aludir a uma possível guetização de quem não defende esta solução é infundada e inaceitável. Tal insinuação é não apenas inapropriada, mas também desrespeitosa para com a comunidade local. Associar a resistência legítima a um projeto específico com a segregação social é simplificar injustamente um debate complexo e multifacetado. Em vez de lançar acusações infundadas, é crucial que os líderes municipais se envolvam num diálogo construtivo e respeitoso com todos os membros da comunidade para entender as suas preocupações e perspetivas. Além disso, sugerir que aqueles que se opõem à realocação da USF de Anta não têm em conta a comunidade desfavorecida do bairro é uma distorção da realidade. Muitos dos oponentes a esta decisão unilateral do executivo têm expressado preocupações legítimas sobre o impacto que a mudança teria sobre os residentes locais, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. Acessibilidade, continuidade do cuidado e equidade no acesso aos serviços de saúde são preocupações legítimas que devem ser abordadas de forma séria e sensível. Além disso, é importante reconhecer que a oposição à realocação da USF de Anta não é um reflexo de falta de consideração pela comunidade desfavorecida, mas sim um esforço para proteger e promover os interesses de todos os residentes, independentemente de sua situação socioeconómica.”

Teixeira Lopes (PS) disse que voltaram a mergulhar na idade média com as referências ao centro da freguesia, o badalar do sino, que se tivessem ficados

paralisados por aquele conceito, imaginem onde estaria Espinho. A renovação permanente fazia com que a vida fosse moderna e era isso que se estava a propor, de tal maneira moderno que não havia receio de colocar a USF junto a iniciativa privada, não tendo receio porque tinham bons profissionais de saúde. Que precisavam de instalações condignas e deviam ter os olhos voltados para o progresso material, social e cultural.

Bruno Morais (BE) disse que, como profissional de saúde, nada mais o felicitava do que instalações e equipamentos novos para poderem servir a população. Lembrou que em 2007 perderam muitas valências, como a urgência. Que em 2023, a Presidente da Câmara Municipal referiu que a Unidade de Saúde de Espinho iria receber o serviço de radiologia, mas que se acrescentassem análises clínicas, poderiam ser resolvidos 90% dos casos de urgência. Que o projeto apresentado era um edifício novo e teria gostado de ouvir a opinião dos profissionais de saúde e funcionários da USF para saber que condições tinham atualmente. Que sabia que, em Ovar, as pessoas estavam contentes com as duas novas USF, devido à criação de novas condições de atendimento, a separação de situações agudas e consultas programadas que impedia a proliferação de bactérias. Com certeza o projeto novo iria causar transtorno a muita gente, mas deu exemplo dos Guetinenses que há anos que não tinham centro de saúde. Disse que reconhecia ter havido falha de comunicação da Câmara Municipal para com a Assembleia municipal e para todos.

Abel Santos (PSD) protestou dizendo que já tinha sido reconhecido que havia precipitação do executivo municipal pela pressão de assegurar os fundos, podiam ter sido acolhidas as sugestões do Presidente da Junta de Freguesia, beneficiando todos os cidadãos de Anta e Guetim.

Nuno Almeida (Presidente JF Anta e Guetim) fez a seguinte intervenção: "É com profundo sentido de responsabilidade e compromisso com o bem estar da freguesia que ali me encontro, sendo que ao longo dos mandatos, coloquei sempre as necessidades e preocupações da comunidade no centro da minha ação política, independentemente, ideologicamente e coerente comigo próprio. Que o assunto era, na freguesia, fraturante, nos mais diversos setores político, social, médico, financeiro que podia alterar substancialmente a dinâmica da freguesia, não se tratando apenas de uma mudança geográfica, é uma decisão que afetaria muitos, alguns pela positiva, outras pela negativa. A saúde é um direito fundamental e o acesso a serviços de qualidade uma pilar essencial para a qualidade de vida de uma comunidade. A



proposta que a Câmara apresentou levantou em mim e em muitos que me acompanham sérias dúvidas sobre a equidade e justiça social e direito ao bem estar. A minha aversão a esta proposta, da nova localização, não é motivada por qualquer tipo de estigma associado ao bairro, sendo que era negar o que é ser um Presidente de Junta. A minha aversão a decisão não é qualquer tipo de estigma, é porque tenho uma visão mais abrangente mais holística do que o território da freguesia e que penso como um todo e não como uma parte. Era essencial nesta tomada de decisão apresentada de forma apressada ter sido considerado os impactos sociais culturais económicos e de mobilidade que esta mudança implicará ao mover para uma zona periférica ainda que bastante habitada, estamos a alterar significativamente as dinâmicas habituais da freguesia, não será afetada apenas os acessos ao serviço de saúde, mas também as interações sociais, afetivas, comerciais e comunitárias que se geram à volta da atualidade USF. Sei que se pode perder de um lado e que se pode ganhar do outro. Tenho algumas dúvidas que o ganho do outro lado seja assim tão grande. A minha preocupação é garantir a coesão de toda a comunidade. Efetivamente o centro da freguesia é o largo do Souto de Anta. A decisão final é sempre da Câmara Municipal e acredito que teve o superior interesse da população. Agradeço ao PSD trazer esta discussão à Assembleia, mas lamentar porque no único sítio em que o PSD podia ter feito a diferença, na votação em reunião de Câmara, os vereadores do PSD votaram a favor desta solução. Foi possível desde 2013 ver crescer a USF, passar de modelo A para modelo B, o que significa um aumento de qualidade e de prestação de serviço, foi possível instalar um novo elevador para cadeiras de rodas e macas, reconstruir o interior permitindo novos gabinetes e uma nova configuração que permitia um melhor trabalho entre enfermeiros, médicos e auxiliares administrativos, corredores independentes separados dos utentes e instalação de uma central de renovação do ar. A junta de freguesia iniciou junto do ministério a iniciativa de alargamento do espaço para mais consultórios médicos, de acordo com o pedido do corpo médico, na cave da Junta de Freguesia. Que esta solução não era aquela que estava verdadeiramente efetiva, quando vi com bons olhos a inscrição no PRR de uma USF em Anta, uma construção de raiz que Anta e Guetim mereceriam, independentemente da bondade desta solução que tem características que cumprem com o plano funcional, com soluções inovadoras, pedindo que fosse enviando o projeto à Junta de Freguesia que ainda não o tinha recebido. Se se pedia para em Silvalde se abrir uma segunda extensão da USF, numa freguesia que tinha menos do dobro da população de Anta e Guetim, não deviam estar a discutir a abertura de uma

segunda extensão em Anta mas sim uma terceira. Disse que a atual USF de Anta tinha 16 gabinetes e o novo projeto tinha apenas mais 1, e para vir só mais um médico significava que tinham de ter mais um consultório e mais um de enfermagem. Alertou que se os gabinetes não tivessem dimensão suficiente para uma maca para o planeamento familiar, significava que tinham de destinar um gabinete para essa consulta e outro exclusivamente para a consulta materno-infantil. o que levava a redução de mais 2 gabinetes, sendo que a possibilidade de terem um aumento de médicos ficava reduzida. Assim, numa perspetiva de não se perderem os fundos comunitários, recomendar à Câmara que, no âmbito das suas competências na área da saúde, estude e apresente defesa junto das autoridades da saúde, ACES Unidade local de saúde, ARS Ministério da Saúde, para manutenção da USF no edifício atual da Junta de Freguesia e que se crie, nas instalações a intervir no Bairro da Ponte de Anta, uma extensão desta USF, ou uma nova, para poder efetivamente aumentar a resposta de cuidados de saúde, para não se perder os fundos comunitários e para que mais utentes tenham acesso a médicos de família e para que efetivamente a população de Guetim possa passar do posto médico de Espinho como referencia para o mais próximo de suas casas.”

Ana Paula Africano (PS) requereu à Mesa que se passasse à votação.

Nuno Almendra (PSD) fez a leitura do ponto em votação na reunião de Câmara que referia: “Proposta de celebração de contratos-programa com a Administração Regional de Saúde do Norte com vista à a apresentação de candidaturas ao PRR para intervenção nas unidades de saúde do concelho”, ou seja o PSD votou na globalidade a favor da renovação das unidades de Saúde, sendo que não ia obstaculizar ao desenvolvimento e renovação das unidades de saúde.

Fausto Neves (CDU) perguntou à Mesa se um Presidente de Junta podia fazer propostas na Assembleia Municipal

Presidente AME esclareceu que os Presidentes de Junta tinham direitos como qualquer outro vogal presente na Assembleia Municipal

Abel Santos (PSD) fez um ponto de ordem referindo que a proposta apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia devia ser votada, constituindo uma alteração à deliberação.

Presidente da Assembleia Municipal leu o n.º 5 do artigo 39.º do Regimento municipal que referia que qualquer membro da assembleia podia apresentar uma proposta de



deliberação alternativa à sugerida em qualquer dos pontos da ordem de trabalhos que deveria ser votada em primeiro lugar, salvo se o plenário optasse por outro tipo de metodologia. Perguntou ao Presidente da Junta se a proposta que apresentou era uma proposta alternativa ou um aditamento à segunda proposta entregue na Mesa pelos vogais do PS. De seguida, pediu que se fizesse uma suspensão da reunião para, com a Comissão Permanente, decidirem como seria feita a votação.

Retomados os trabalhos, a Presidente da Assembleia Municipal referiu que a Comissão Permanente entendeu que, tendo em conta que estavam em causa recomendações à Câmara Municipal, as propostas entregues à Mesa deviam ser todas votadas, começando pela apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Anta e Guetim.

Paulo Leite (PSD) pediu a palavra para um ponto de ordem e referiu que sendo a proposta do Presidente da JF apresentada na continuidade da apresentada pelo PSD, propunham que pudesse ser fundida à do PSD.

Presidente da Assembleia Municipal lembrou que tinha ficado decidido na reunião da Comissão Permanente que seriam votadas 3 propostas independentes.

Fausto Neves (CDU) disse que tinham dúvidas que pudesse ser aceitável aquela última proposta, sendo que era surrealista uma terceira proposta no final da reunião.

Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que, como já anteriormente referiu, qualquer membro da assembleia podia apresentar proposta alternativa de deliberação no âmbito daquela sessão extraordinária.

Votação da recomendação apresentada pelo Presidente da JF de Anta e Guetim: aprovada com 24 votos a favor e 1 voto contra.

Declaração de voto;

Fausto Neves (CDU) "A CDU votou contra porque acha que não é possível manter o financiamento e dividir o projeto e tudo nos parece que é uma boa maneira do projeto regressar à versão original do PS. Que não é possível manter o financiamento com uma mudança tão completa e radical do projeto embora parecesse interessante a criação de vários postos de saúde."

De seguida a Presidente da Assembleia Municipal disse que iam proceder à votação da proposta apresentada pelo PS, tendo, naquele momento, a vogal Ana Paula Africano (PS) pedido a palavra. No uso da palavra disse que o PS propunha retirar a proposta

de deliberação alternativa, sendo que a Presidente da Assembleia Municipal disse que não via inconveniente.

Paulo Leite (PSD) disse que o PSD via todo o interesse em que a proposta do PS fosse a votação.

Fausto Neves (CDU) referiu que não lhe parecia sério retirar uma proposta depois de se saber o resultado da votação da anterior.

Presidente da Assembleia Municipal disse que o PS tinha autonomia para poder retirar a proposta e de seguida colocou a proposta do PSD a votação, tendo sido solicitada a votação ponto por ponto, que foi negada pelo plenário. Tendo-se obtido empate, foi efetuada nova votação, tendo a proposta do PSD sido rejeitada com 11 votos contra, 10 votos a favor e 4 abstenções.

Declarações de voto:

Presidente JF Paramos *"Eu votei contra porque apesar de compreender, perceber e entender a pertinência da proposta do PSD e de terem sido eles os proponentes desta Assembleia em que foram esgrimidos, obviamente que não concordarei com tudo o que foi dito, as opiniões dos grupos partidários, eu entendo, e sabia que talvez houvesse vogais no PSD que pensavam como ele, que quando há uma proposta alternativa é votada em primeiro lugar e não se votava a segunda. Realço a pertinência do requerimento que fez com que esta assembleia fosse uma realidade e que os habitantes de Anta porventura saíssem dali mais esclarecidos, mas a proposta que o Presidente da JF de Anta fez parece-me também sensata e ao abrigo do regulamento o meu entender é esse."*

Fausto Neves (CDU) *"a CDU votou a favor pelas razões já aduzidas, não podemos avançar um processo contra a vontade expressa, no poder local das populações e a CDU lamenta o velho truque da proposta divisória quando tudo vai ficar na mesma. Todos sabiam que o PRR não vai aceitar a verba para dois estabelecimentos. Lamentamos que isto seja resolvido desta maneira."*

Abel Santos (PSD) *"O PSD votou a favor desta solução e manifesta um sentimento de completa desilusão, é lamentável o que se passou hoje na Assembleia Municipal. Este desvirtuar da proposta, este desresponsabilizar dos Srs. Presidentes de Junta que se abstêm e depois vêm com lagrimas de crocodilo justificar o injustificável porque não se passa nas suas freguesias. Percebe-se exatamente o que se passou nesta*



assembleia, uma falta de solidariedade com as pessoas de Anta. Nós estamos preocupados com a deslocalização da USF de Anta e Guetim e tiveram a possibilidade de resolver isto hoje e não o fizeram propositadamente, por tática política, mas dentro de algum tempo vão receber a respetiva paga por isso. É uma traição e depois quando pedirem o apoio desta Assembleia terão a responsabilidade destes vogais.”

Presidente da Assembleia Municipal alertou que as declarações de voto eram relativas ao voto exercido e não a declarações de voto de outros vogais.

Paulo Leite (PSD) *“o PSD votou favoravelmente a sua proposta que foi a que deu origem a esta Assembleia, não faz sentido o argumento aduzido pelo Presidente da Junta de Freguesia de Paramos, na medida em que no Regimento não estava explícito que não possa ser votada a original e portanto fazia sentido que fosse votada mais, uma vez que o PSD propôs que fosse fundidas as propostas do Presidente da JF de Anta com a do PSD, porque ela em tudo era parecida, o objetivo era precisamente o mesmo, dialogo e encontrar soluções. O PS de Espinho teve hoje uma derrota monumental nesta Assembleia, ficou claramente percebido por quem cá esteve que foram derrotados. O que a Câmara quer impor à população não foi aceite nem pela população, nem pela Junta de Freguesia e passou na Assembleia Municipal por parte do PS numa atitude que não vos pode deixar orgulhosos daquilo que fizeram hoje, estiveram contra uma população, estiveram a favor de uma decisão que todos perceberam que não era correta, não era a mais adequada para ninguém. ”*

Joana Devezas (PS) *“A Unidade de Saúde Familiar de Anta desempenha um papel central no sistema de saúde contribuindo significativamente para a promoção da saúde e bem-estar da população Antense. Tem uma importância inegável no oferecimento de cuidados de saúde primários essenciais e de qualidade aos cidadãos garantindo um acesso facilitado e rápido a cuidados médicos primários permitindo a prevenção e tratamento precoce de doenças que são fundamentais para a saúde de todos. Situada próxima da comunidade que serve, a Unidade de Saúde Familiar de Anta promove um atendimento mais personalizado construindo relações de confiança e compreensão entre os profissionais de saúde e os pacientes. A Unidade de Saúde Familiar é um pilar na promoção de práticas saudáveis e educação em saúde, informando e orientando a população sob prevenção de doenças, incentivando estilos de vida saudáveis proporcionando o apoio continuado a pacientes com condições crónicas permitindo o acompanhamento próximo e eficaz garantindo assim uma melhor qualidade de vida a cada um dos seus utentes. É uma parte fundamental do*

nosso sistema de saúde e precisa de ser continuamente apoiado e valorizado. Reconheço a excelência do trabalho efetuado pela Unidade de Saúde Familiar de Anta, da qual sou utente, e de todo o seu corpo clínico e administrativo que todos os dias se esforçam para prestar os melhores cuidados de saúde primários aos seus utentes. Reconheço a necessidade de querermos sempre mais e melhores condições físicas para as estruturas que acolhem, no caso em concreto, os profissionais de saúde, administrativos e utentes. Não relevo a importância da oportunidade que representa a disponibilidade de fundos provenientes do PRR para o desenvolvimento e melhoria do país e do nosso concelho em vários setores, especialmente nas áreas de saúde. Entendo no entanto ser crucial que estes fundos sejam aplicados com uma gestão criteriosa e responsável a fim de maximizar o seu impacto positivo e assegurar que os investimentos sejam feitos em projetos de longo prazo com benefícios duradouros. A alocação de fundos deve de ser guiada por um plano estratégico claro que identifica áreas prioritárias de investimento e que estabeleça objetivos concretos, mensuráveis por forma a garantir que os recursos sejam usados de forma eficiente e de acordo com os objetivos propostos. A participação ativa da sociedade civil, das empresas, das instituições e dos órgãos autárquicos mais próximos da população é fundamental para garantir que os investimentos sejam feitos de acordo com as reais necessidades da população. Dito isto defendo uma abordagem política responsável na tomada de decisões e no caso concreto do setor da saúde. Para isso é fundamental que as decisões sejam baseadas em informações claras e precisas, tendo em consideração não só a localização estratégica dos serviços, a capacidade de atendimento, a qualidade dos serviços prestados, a eficiência operacional bem como a necessidade de melhor expandir a oferta dos cuidados de saúde primários. Apesar de reconhecer a importância do investimento em causa não posso relativizar a posição adotada pela Câmara em todo este processo. A falta de consulta aos órgãos democraticamente eleitos e à população local é motivo de preocupação. Embora admita a boa fé das opções tomadas, não concordo com a abordagem inflexível a que assistimos na tomada de decisão, que são apresentadas como factos já consumados. Tenho plena consciência que neste momento já não existe margem para reverter a tomada de decisão que é da exclusiva competência e responsabilidade da Câmara Municipal de Espinho, restando-nos apenas pugnar para que a realidade do não encerramento da atual USF e a criação do novo polo seja uma realidade que beneficiará toda a população da União de Freguesias de Anta e Guetim.”



Não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente da Assembleia Municipal deu a reunião por encerrada.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

A Presidente da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
